

1983 Restaurantes prometem não aumentar cardápios

Proprietários de cerca de 30 restaurantes do Rio estiveram reunidos ontem com o superintendente da Sunab, Aloísio Teixeira, para garantir que não farão nenhuma alteração nos preços de seus pratos até que haja autorização do governo. Os proprietários, porém, deram um prazo para respeitar os preços, o mesmo dado para o Plano Cruzado, ou seja, até o próximo dia 28 de fevereiro.

A Sunab baixou portaria, que entrou em vigor na última terça-feira, obrigando os bares, restaurantes e similares a apresentarem seus cardápios para serem devidamente carimbados e protocolados. Com essa medida a Sunab pretende checar os preços atuais, comparando-os aos de fevereiro, e verificar se sofreram modificação. Chico Recarey falou em nome do grupo que "apóia integralmente a medida e que, após carimbados pela Sunab, todos os cardápios afixados nos estabelecimento em local visível ao público".

Os proprietários, que se definiram com "um grupo dos restaurantes mais finos do Rio", assumiram ainda o compromisso de "ficar ao lado do governo na luta contra a inflação". Dentre os restaurantes, estavam os proprietários do Claude Troisgros, Clube Gourmet, Le Bec

Fin, Caligola, El Cordobés, Lè Streghe (Rio e Búzios) e Stalich, entre outros.

Chico Recarey afirmou que o grupo tentaria encaminhar os cardápios ontem mesmo e no mais tardar na próxima semana. Junto com esse apoio, prometeu ainda manter "todos os seus serviços com os preços inalterados até o dia 28 de fevereiro".

Porém, apesar do compromisso, um restaurante do próprio Recarey — o Scala — aumentou o preço do ingresso para o show Golden Rio — que é o mesmo apresentado em fevereiro — de Cz\$ 200,00 para Cz\$ 350,00. Portanto, o compromisso vale a partir dos preços atuais, já com algumas alterações, mas não para os preços que eram cobrados em fevereiro. Aloísio Teixeira, no entanto, prometeu verificar os cardápios, mas acrescentou que "restaurantes que cobram Cz\$ 300,00 por um café da manhã e passam para Cz\$ 350,00" não fazem parte de suas prioridades. "Isso não é do interesse prioritário do povo brasileiro, quem pode pagar isso paga mesmo." O objetivo da medida não é fazer com que os restaurantes que alteraram seus cardápios voltem aos preços antigos, mas impedir que "saíam por aí aumentando preços à revelia do governo. Isso é ilegal", concluiu Teixeira.